

Sobre Topofilia e o Cais do Valongo:

Significados e Sentidos desse Espaço a partir da perspectiva Humanística da Geografia

About Topofilia and Valongo Wharf: Meanings and Senses of
this Space from the Humanistic perspective of Geography

Luiz Claudio Espírito Santo de Oliveira
Mestre em Estado, Gobierno y Politicas Publicas pela FLACSO
luiz_espirtosanto23@outlook.com

RESUMO: Este trabalho tem como mote o estudo do Cais do Valongo enquanto um lugar pela perspectiva da corrente humanística-fenomenológica da ciência geográfica. O Cais do Valongo, situado na região conhecida como Pequena África, é parte central do Circuito Histórico Arqueológico de Celebração da Herança Africana. O objetivo principal desta pesquisa é o de identificar diferentes olhares sobre esse ambiente a partir da percepção subjetiva de um conjunto de pessoas entrevistadas como um espaço de onde emanam pertencimento, memória histórica e identidade cultural coletiva. Os objetivos a serem alcançados neste trabalho são: abordar o reconhecimento e redescoberta do Cais do Valongo, na Pequena África, como lugar de memória sensível que necessita ser preservado; analisar esse espaço como recurso para o resgate da memória afro-brasileira; demonstrar a relevância desse espaço naquilo que concerne à luta contra o racismo e a busca por direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Cais do Valongo; Lugar; Memória.

ABSTRACT: This work has as its motto the study of Cais do Valongo as a place from the perspective of the humanistic-phenomenological current of geographic science. The Valongo Wharf, located in the region known as Little Africa, is a central part of the Archaeological Historical Circuit for the Celebration of African Heritage. The main objective of this research is to identify different perspectives on this environment from the subjective perception of a group of people interviewed as a space from which emanate belonging, historical memory and collective cultural identity. The objectives to be achieved in this work are: to address the recognition and rediscovery of Cais do Valongo, in Pequena África, as a place of sensitive memory that needs to be preserved; to analyze this space as a resource for the rescue of afro-brazilian memory; demonstrate the relevance of this space in what concerns the fight against racism and the search for rights.

KEYWORDS: Valongo Wharf; Place; Memory.

Introdução

As formas espaciais registradas nas paisagens são a grande fonte material da Geografia enquanto Ciência. Nesse sentido, as habilidades de ler, interpretar, analisar, associar e estimar os processos atinentes à sua elaboração são bastante caras a geógrafos e geógrafas. Porém, em geral, essas habilidades se referem a elementos de ordem concreta presentes nos espaços. Posto isto, o presente artigo tem como mote a proposição de imergir na busca pela compreensão dos sentidos atribuídos aos espaços a partir de um olhar simbólico. Aqui, interessa-nos compreender o significado fenomenológico de uma espacialidade bastante relevante para a Humanidade: o Cais do Valongo. Situado na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro, esse ambiente traz, em sua concretude material, uma torrente de sentidos, de memórias, de dores e de potência simbólica.

Para dar conta deste desafio, estruturamos o presente trabalho da seguinte forma: inicialmente, abordaremos dados atinentes ao Cais do Valongo enquanto espaço a ser debatido, não perdendo de vista algumas das disputas – materiais e/ou simbólicas – que nele ocorrem. Em seguida, discorreremos sobre a corrente humanística/fenomenológica da Geografia pelo fato de que sua metodologia nos servirá de suporte para o desenvolvimento deste estudo. Para tanto, realizamos entrevistas com pessoas que possuam alguma ligação com o Cais do Valongo enquanto espaço. Dando sequência ao trabalho, tomaremos contato com as percepções de diferentes atores sociais que, de alguma forma, possuem conexão com esse lugar, a fim de interpretar como o Cais do Valongo é experienciado por essas pessoas no seu *modus vivendi*. Nas considerações finais realizaremos um esforço de síntese com vistas a identificar potenciais consensos e eventuais dissonâncias no que concerne aos sentidos atribuídos a esse espaço tão relevante para a história da humanidade.

Notas sobre o Cais do Valongo: Lugar de Memória e Território em disputa

Le Goff (1992) pontua que a memória é um território em constante disputa. Nesse sentido, ao nos dedicarmos a interpretar os significados associados ao Cais do Valongo para diferentes atores sociais locais – e em constante disputa por interesses no âmbito do tecido sociopolítico-espacial de uma metrópole complexa como o Rio de Janeiro – obviamente teremos que lidar com essa realidade.

A cidade do Rio de Janeiro surge como uma hinterlândia (CARVALHO et al., 2015) a partir da influência emanada por seu porto. Essa condição foi o nascedouro de outras metrópoles globais espalhadas pelo mundo, especialmente em regiões colonizadas por europeus a partir do advento das Grandes Navegações. Afinal, as trocas comerciais, os deslocamentos humanos e as circularidades culturais engendradas por essas localidades nos tecidos sociais onde estão inseridas produzem marcas profundas nas suas estruturas. Não poderia ser diferente no caso do Rio de Janeiro. Nesse sentido,

como nos demais países sul-americanos, os portos tiveram um papel fundamental no processo de criação das cidades e de organização do espaço econômico que acompanhou a colonização desta região do mundo. No caso do Brasil, as primeiras instalações portuárias serviam ao embarque/desembarque de colonos, escravos e mercadorias. (MALLAS, 2009, p. 1).

A partir da primeira metade do século XVI, o Brasil passou a receber africanos escravizados em seus portos. Inicialmente, esse comércio triangular – integrando em rede portos na América, na África e na Europa – era muito mais caudaloso no Nordeste brasileiro, especialmente na

cidade de Salvador/BA. Com o tempo, conforme vimos em Manolo Florentino (1995), houve o aprofundamento de um comércio “afro-americano”. Esse processo gerou forte acumulação de capital internamente no Brasil. Isso ocorre primeiramente em Salvador/BA, mas também em outras cidades portuárias receptoras de cativos africanos. Uma delas foi o Rio de Janeiro.

A partir da segunda metade do século XVIII, por conta de uma decisão do segundo Marquês do Lavradio (1779) perto do final do seu mandato, o comércio de escravizados se estabeleceu na região do Valongo. Antes dessa determinação, o desembarque de escravizados africanos era realizado na Praça do Carmo (VASQUEZ, 2014), posteriormente denominada como Largo do Paço, atual Praça XV. Todo o complexo escravista na cidade do Rio de Janeiro se situava nas proximidades do desembarque de cativos. Os armazéns onde essas pessoas eram vendidas como mercadorias e as “casas de engorda” se situavam na rua Direita (atual rua Primeiro de Março). O cemitério dos pretos novos se situava junto à igreja de Santa Rita de Cássia. Essa era também a região mais enriquecida da cidade naquela época, muito em função dos capitais movimentados pelos mercadores de escravizados. Com o tempo, a presença dessa estrutura escravista junto a essa área enobrecida do território começou a gerar incômodo nas elites. Posto isto, houve pressão desse segmento social para retirar o local de desembarque daquele ambiente. A intenção era a de evitar que escravizados vindos da África desembarcassem nas principais vias do Rio de Janeiro daqueles tempos.

O Brasil foi o país que mais recebeu escravizados oriundos da África. Nesse processo, o porto da cidade do Rio de Janeiro foi sua principal porta de entrada a partir de fins do século XVIII. A zona portuária dessa cidade foi associada à presença negra escravizada, cuja exploração era economicamente necessária para as elites acumularem capitais, mas, como vimos, sua presença era indesejada por esse segmento social. A solução instituída durante a gestão do segundo Marquês do Lavradio foi a

de transferir todo esse complexo escravagista para a área do Valongo, situado na região da Gamboa.

O que se conhece como Cais do Valongo foi construído no início do século XIX e entrou em operação no ano de 1811, configurando-se como área de desembarque e comércio de escravizados até o ano de 1831 quando foi instituída a Lei Feijó. Estima-se que no período em que esteve em operação (antes da existência do cais e após a sua construção, entre 1779 e 1831), desembarcaram entre 500 mil e um milhão de escravizados africanos (FRAGOSO & FLORENTINO, 2001) nessa região. Isso fez da cidade do Rio de Janeiro, durante os séculos XVIII e XIX, o principal porto de entrada de africanos escravizados das Américas e possivelmente de todos os tempos no mundo.

De acordo com Lima, Sene & Souza (2016), o termo Valongo – aglutinação formada pelas palavras “vale” e “longo” – designava o talvegue existente entre os morros da Conceição e do Livramento, por onde escoavam as águas que desciam por suas encostas e mais aquelas oriundas das áreas alagadiças do interior da cidade para desaguar na Baía de Guanabara. Com o comércio de almas africanas escravizadas estabelecido no Valongo a partir de 1779, há uma significativa ampliação do contingente de cativos a partir de 1808. Tal processo tornou a zona portuária historicamente associada à presença negra (escravizada), cuja exploração enriquecia as elites, mas cuja presença era por elas desprezada desde os tempos em que os desembarques ocorriam junto à Praça do Carmo.

Não é de surpreender que diferentes instituições do Estado brasileiro – quer seja no Império ou após a proclamação da República – almejassem desassociar essa região, tão importante economicamente, daquilo que representasse as marcas do processo histórico escravagista. Anos após a promulgação da citada Lei Feijó, o Cais do Valongo foi transformado em Cais da Imperatriz.

No início do século XX, com as obras de modernização do porto, via aterros com os sedimentos oriundos do desmonte do morro do Senado (governo do Presidente Rodrigues Alves), a região se tornou alvo das obras de embelezamento na gestão de Pereira Passos (1902 – 1906), estendendo os ideários de beleza europeus até à região, com a transformação do antigo Cais da Imperatriz em praça pública e com a construção dos Jardins Suspensos do Valongo. O apagamento da memória enegrecida da região recebeu mais uma camada de invisibilização.

Chegando à atualidade, essa região tornou-se bastante empobrecida. Uma explicação para essa circunstância foi a transferência das atividades portuárias para a região do Caju, próxima à Ponte Rio-Niterói, onde o calado é mais aprofundado, permitindo a chegada de navios cargueiros de grande porte. Essa mudança retirou os empregos diretos da região, mitigando também a oferta de ocupações secundárias que geravam renda. No passado, sendo essa área da cidade predominantemente negra, reconhecida como parte da “Pequena África”, expressão cunhada pelo sambista Heitor dos Prazeres, manteve sua tradição de abrigar diferentes instituições voltadas à preservação da cultura afro-brasileira na cidade do Rio de Janeiro. São bons exemplos disso a presença do Afoxé Filhos de Gandhi, o memorial com acervo da Tia Ciata e as rodas de samba realizadas na Ladeira Pedra do Sal. No entorno desse relevante lugar de memória, há o Quilombo Urbano da Pedra do Sal, importante movimento popular local que resiste, lutando pelo direito de propriedade dos imóveis onde vivem há muitas décadas. Ao longo do tempo, o Estado pouco investiu no desenvolvimento dessa região da cidade, não obstante sua localização privilegiada junto ao Centro da Cidade e a sua relevância histórica para a cidade do Rio de Janeiro e para o país.

Com o passar dos anos, a retórica do Poder Público sobre a região portuária pouco se alterou naquilo que concerne aos cuidados com a espacialidade e o conteúdo social que nele habita. Prova disso é a execução de processos de remoção, demolições e desapropriações (morro da

Providência) aliadas à escassez de políticas públicas voltadas à oferta de habitações dignas para a população local. Tudo isso encontra, nas primeiras décadas do século XXI, campo fecundo ao discurso acerca da necessidade de “revitalização”, retratando a área como *locus* de criminalidade e mazelas sociais. Essa conjuntura, aproveitada por setores do mercado imobiliário, estimula narrativas que defendem a execução de processos voltados à requalificação territorial. Um exemplo disso foi pontuado por Elizabeth Dezouzart Cardoso *et al* (1987):

Os bairros portuários ficaram, de certa maneira, à margem da cidade, no tempo e no espaço. No tempo porque enquanto a cidade se modernizava através da verticalização da área central e de bairros como Copacabana, na Saúde, na Gamboa e no Santo Cristo as formas se cristalizavam. No seu conjunto, a área portuária não se transforma do mesmo modo que o restante da cidade, através do processo ininterrupto de construção, demolição e reconstrução. (CARDOSO, 1987, p. 23).

Concretamente, a zona portuária do Rio de Janeiro foi continuamente moldada por projetos urbanos elitistas que construíram uma cidade pautada na exploração do trabalho escravo e que reafirmavam o não pertencimento dessa população às suas áreas privilegiadas. Através das práticas estatais de remoção, ainda presentes, o Estado demonstra ao longo do tempo de que forma se relaciona com as cidadãs e cidadãos descendentes desses escravizados que habitam na região. Podemos somar a isso a omissão desse mesmo Estado no que tange ao atendimento dos direitos sociais garantidos constitucionalmente a esses indivíduos. Mas tudo isso muda quando há interesses de Mercado envolvidos. É nesse sentido que o advento do projeto “Porto Maravilha” (2011) é um elemento-chave para aquilo que estamos discutindo. Afinal, com as obras de “revitalização” desse projeto, o Cais do Valongo foi (re)descoberto pela sociedade civil e, por se tratar de um lugar de memória para a sociedade

nas escalas local (Rio de Janeiro), nacional e global, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) elaborou um dossiê com uma proposta para a inscrição desse ambiente como um patrimônio mundial da humanidade.

Como apontou o geógrafo Milton Santos (1996), o espaço geográfico é concebido a partir de uma acumulação desigual de tempos. Isto se dá porque as materialidades e ações do passado convivem e se somam à concretude das ações presentes. Porém, o que houve no caso específico do Cais do Valongo foi a sobreposição de um tempo sobre o outro com a finalidade de apagar memórias indesejáveis para as elites, escondendo a forma escravagista incrustada na urbe sob um manto supostamente modernizante. Anos depois, em nome de outra perspectiva tida como modernizadora, surgiu mais um projeto elitista para aquela região específica da cidade (o projeto Porto Maravilha). Quis o destino que esse “elitismo pós-moderno” nos permitisse acessar o outrora apagado Cais do Valongo e toda a sua carga simbólica não apenas viesse à tona materialmente, como sua essência fenomenológica tornasse a sua preservação imperativa.

Em 2017, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) declarou o local como Patrimônio da Humanidade. O Cais do Valongo é assim, um importante lugar de memória e necessita que haja uma gestão comprometida em não deixar que esse legado se perca. Não se pode consentir que um passado de crimes contra a humanidade (escravidão) caia no esquecimento da sociedade. A memória dolorosa que essa espacialidade evoca não pode ser novamente invisibilizada. Por conta disso, ocorre um choque entre duas diferentes perspectivas na região: uma visão tecnocrata-elitista que enxerga a região como um recurso latente voltado a projetos de requalificação urbana, fato que tem imenso potencial para *gentrificar* a área (cristalizada no projeto Porto Maravilha). Por outro lado, um olhar que une interesse científico e cidadania e defende que a região deva ser preservada e que nela sejam implantadas políticas públicas

que, concomitantemente, estimulem a produção de conhecimento a respeito de um dos maiores crimes contra a humanidade, assim como permita ações que tragam consigo a possibilidade de desenvolvimento local pela oferta de serviços, sobretudo o afroturismo (SANTOS, 2022).

A seguir, faremos uma necessária imersão nos estudos sobre a corrente Humanística da Geografia, condição imprescindível para aquilo que nos propomos a apresentar sobre o Cais do Valongo enquanto espaço.

A Geografia Humanística e a tríade dos sentidos do(no) espaço: uma breve revisão de literatura sobre Topofilia

O pertencer espacial caminha de mãos dadas com a memória histórica e com a identidade coletiva em termos socioculturais. Os grupos sociais constroem um forte senso de coesão interna, concebendo uma forma de identidade compartilhada que os amalgama (HALBWACHS, 1968). Mas esta não prescinde jamais da espacialidade onde tudo isso acontece e se fortalece mutuamente. Da mesma forma, toda a memória envolvida nesse processo é parte pétrea dessa construção, mesmo por quem não a vivenciou diretamente. Afinal, as diferentes formas de linguagem desenvolvidas ao longo do tempo por esses grupos cumprem o papel de legar às gerações futuras tudo aquilo que foi construído há tempos. Nesse sentido, o pertencimento geográfico, a memória histórica e a identidade (coletiva) socioantropológica formam para nós a “tríade dos sentidos”. E é sobre essa conexão conceitual que conduziremos nossos estudos nesta etapa do presente artigo.

A memória é um poderoso elemento na construção de identidades individuais e coletivas. *A priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio de cada pessoa. Contudo, Maurice Hawbwachs, nas décadas de 1920-30, já pontuava que a memória deve ser entendida, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social. Ou

seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a constantes mudanças e transformações. Em sua análise sobre a memória coletiva, esse autor enfatiza a força dos diferentes pontos de referência espaciais que estruturam a nossa memória individual e que a inserem na memória da coletividade de que fazemos parte. Entre eles, incluem-se, evidentemente, os monumentos, os lugares de memória – conforme definição cunhada por Pierre Nora (1984), o patrimônio arquitetônico, as paisagens, as datas e as personagens históricas de cuja importância somos sempre (re)lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore, a música e, por que não dizer, nossas tradições culinárias.

Ao pensarmos na Pequena África de maneira geral e mais especificamente no Cais do Valongo, percebemos que se trata de um notável lugar de memória. Esse ambiente concreto tem o condão de estimular a construção de potentes laços de identidade coletiva e de conexão com o nosso passado, o nosso sagrado, a nossa ancestralidade. E isso traz consigo um sentimento de pertença com imensurável significado, sobretudo para a população negra. Hawbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição ou um tipo específico de violência simbólica, destaca as funções positivas desempenhadas pela memória comum de reforçar a coesão social, não por ações coercitivas, mas pela adesão afetiva por parte dos grupos sociais envolvidos, a partir do conceito de *“comunidade afetiva”*.

É absolutamente fundamental ter em mente que os elementos constitutivos das memórias (individual e coletiva) são muitas vezes acontecimentos vivenciados no nível pessoal. No entanto, há também a possibilidade de uma construção desse tipo de memória a partir daquilo que Michael Pollak (1989) definiu como *“acontecimentos vividos por tabela”*. Isto é, ocorrências vivenciadas pelo grupo ou coletividade da qual o indivíduo se sente integrante. São acontecimentos dos quais a pessoa muitas vezes nem participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível saber se ela participou ou não. Num exercício de aprofundamento da análise, é provável que a

esses acontecimentos vividos por tabela venham a se juntar aos eventos que não se situam no escopo espaço-temporal dessa pessoa e da maior parte dos integrantes atuais desse determinado grupo. É, pois, perfeitamente plausível que, por intermédio de processos de sociabilização cultural ou de socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com um determinado passado tão poderosamente envolvente que se nos remete a uma memória quase que herdada.

Da mesma forma, mas em sentido oposto, há processos que visam construir narrativas deletérias que atuem no sentido de invisibilizar determinados fatos históricos e memórias coletivamente construídas. E, nesse sentido, para que tal situação ocorra a contento há um apagamento de espacialidades, não permitindo que a historicidade e a memória nelas ocorridas se acumulem no tempo conforme vimos anteriormente com Milton Santos (1996). Vimos esse processo ocorrer no passado com o Cais do Valongo e estamos presenciando a luta de diferentes atores sociais para que esse lugar de memória seja devidamente preservado e que em torno dele se construam ações voltadas a contar a história da sociedade brasileira sem os filtros elitistas que muitas vezes atuam no sentido de apagar as heranças afro-ameríndias da memória coletiva que deu forma à brasilidade que tanto contribuíram para construir.

É imprescindível reconhecer a memória como um fenômeno construído, especialmente num contexto sociocultural como o que ora está sendo analisado neste trabalho: os significados associados ao Cais do Valongo, um espaço geográfico outrora apagado da urbe, nela redescoberto e ressignificado por determinados segmentos da sociedade. Ora, se afirmamos que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata de memória herdada, é fundamental reconhecer que há também uma ligação fenomenológica estreita entre a construção da memória e o sentimento de identidade nos mais variados grupos sociais. Afinal, a memória é um elemento constituinte

do sentimento de identidade (POLLAK, 1989). As identidades coletivas são, portanto, construídas a partir de esforços que determinados grupos sociais realizam ao longo do tempo para garantir a cada membro a produção e a difusão de sentimentos de unidade, continuidade, coesão e coerência a determinados valores, ritos e memórias por eles produzidas, protegidas e legadas. E todos esses processos construídos socioculturalmente ocorrem em espaços geográficos que são muito mais do que meros palcos onde as vicissitudes da vida se desenrolam.

Apesar da onipresença do espaço, as Ciências Humanas e Sociais em geral ainda não exploram significativamente o potencial da Geografia nas suas pesquisas. Talvez isso ocorra em função de o conceito-chave da ciência geográfica, o espaço, ser ainda considerado um termo muito ambíguo e sujeito a diversas interpretações. Muitas vezes, o espaço é visto como “espaço externo” ou “absoluto” e não como associado ao mundo humano, como nos casos dos conceitos de cultura, sociedade ou mente, havendo forte interesse pelas representações dos espaços (Cartografia), mas negligenciando os significados e processos de (re)construção dos ambientes.

Edward Soja (1993) constata a negligência do espaço em detrimento de um *“historicismo carcerário”* que ignora o fato de que o tempo é apenas uma das três dimensões básicas e formadoras da existência humana, ao lado do ser e do espaço. As pesquisas humanas e sociais não se restringem a uma ordem exclusivamente cronológica, mas se alimentam de tempo e de espaço, de História e de Geografia, período e região e sucessão e simultaneidade. Desta feita, o casamento entre espaço e tempo representa um desafio metodológico por tentar combinar uma estrutura cronológica com outra espacial, podendo gerar procedimentos alternativos para estimular lembranças do passado.

Segundo Milton Santos (1996), o espaço é *“formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e*

sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Isto é, o espaço é construído e transformado a partir de processos sociais desenvolvidos ao longo do tempo histórico (sistemas de ações) que ficam materializados nos diferentes espaços geográficos (sistema de objetos). Nesse sentido, os espaços são testemunhos incontestes das ações humanas, podendo ser lidos e interpretados a partir da análise dos conteúdos, significados e intencionalidades a eles associados. O espaço, portanto, deve ser compreendido não como “categoria-estaque-absoluta”, mas por intermédio de categorias geográficas menos vagas e mais “sensíveis” aos diversos contextos a que os espaços sempre estão inseridos, como o Lugar, a Paisagem, a Região e o Território. Essas categorias geográficas nos permitem apreender de forma concreta o espaço, tirando desse conceito a sua aura de abstração e de totalidade desprovida de conteúdo (“tudo é espaço”).

O enfoque geográfico supõe a existência dos objetos como sistemas e não apenas como coleções: sua utilidade atual, passada ou futura vem exatamente do seu uso combinado pelos grupos sociais que os criaram ou que os herdaram das gerações anteriores. Seu papel pode ser apenas simbólico, mas geralmente é também funcional. Esses objetos e essas ações são reunidos numa lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes). Cabe ressaltar que a ação humana não é exclusivamente uma ação racional. Max Weber (1999) já o havia dito quando enumerou suas quatro formas básicas—ações racionais por via do instrumento, racionais pelo valor, tradicionais e afetivas.

Jürgen Habermas (1989) fala de uma oposição entre atividade instrumental e atividade comunicacional, sendo a primeira relacionada com o trabalho, enquanto a segunda associa-se com as interações simbólicas. Georg Simmel (2005) se referia a *“crystalizações da ação social”*. Segundo o

sociólogo alemão, a explicação do mundo passa pelas formas (geográficas) e pela vida. Ele se refere, por um lado, ao que vem do passado e se cristaliza como forma e, de outro lado, ao presente, que seria a sua função no âmbito da vida cotidiana. É nesse sentido que entendemos o ambiente do Cais do Valongo como uma materialidade ressurgida da invisibilização a que fora submetida por mais de 100 anos, mas que emerge com sua aura de potência afrodiaspórica repleta de significados e sentidos.

A categoria geográfica de Lugar possui variações de significado como, aliás, ocorre com muitos conceitos e categorias nas Ciências Humanas e Sociais. Os olhares diferenciados dos pesquisadores contribuem para que surjam diferentes percepções e interpretações. Tendo em vista essa situação, optamos por abordar a categoria Lugar segundo a corrente Humanística da Geografia. Até porque, essa corrente do Pensamento Geográfico em muito se aproxima dos estudos relacionados à memória e à identidade característicos da História e das Ciências Sociais, fato que contribui significativamente no esforço por produzir um trabalho com coerência conceitual e consistência argumentativa. Para a formação da identidade do lugar, a relação entre a pessoa (ou grupo social) e um determinado espaço traz à tona lembranças, desperta sentimentos e produz percepções que os envolve, sendo essencial nos processos de produção de memórias. Experiências, símbolos, significados e permanência contribuem para forjar o sentido de Lugar.

É essa subjetividade afetiva associada ao espaço em questão que se cristaliza no Lugar em termos humanísticos, fenomenológicos. Essa *Topofilia* (TUAN, 1975), em que o *topos* (palavra de origem grega que significa espaço, lugar) carrega em si uma inquebrantável *filia* (do grego “*philia*”, que etimologicamente significa afeto ou amor) para um considerável segmento social e tem potencial para afetar um contingente ainda maior de pessoas. Para além do lugar de memória pensado sob a ótica de Pierre Nora, há uma profunda relação de afeto e respeito por esse tipo de ambiente. É esse tipo de sentido que emana do Cais do Valongo,

engendrando a partir dele um notável senso de *topofilia*.

O espaço vivido, segundo Edward Relph (1976) contém o espaço sagrado e o espaço geográfico. Por esse viés, o autor aponta para o fato de que existe um *“espaço existencial”* e que essa modalidade de espaço é o que define a existência do Lugar para determinados grupos sociais. Ele afirma que *“a estrutura oculta do espaço – como aparece para nós em nossas experiências concretas como membros de um grupo cultural – é o que define o seu significado para os grupos sociais a ele diretamente ligados”*.

Em Fenomenologia e relações sociais, Helmut Wagner (1979) aponta que *“não existem marcas e signos em si”*, mas *“somente em virtude do significado que um ser humano ou grupos”* lhes atribuem. Nesse sentido, *“o Lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado”* (TUAN, 1979). É dessa perspectiva humanístico-fenomenológica da ciência geográfica que nos propomos a produzir o presente trabalho. Mais adiante, tomaremos contato com as diferentes percepções que variados atores sociais mantêm com o Cais do Valongo.

O Significado do Cais do Valongo para a sua vida

Entender o Cais do Valongo enquanto *topofilia* exige o captar das percepções que as pessoas têm desse espaço. Nesse sentido, é imperativo escutar diferentes atores sociais que possuam variadas formas de vínculo com esse ambiente tão relevante para a história da humanidade. Entendemos ser essa escuta mais um elemento importante no processo que luta pela preservação desse espaço pela sociedade brasileira e pelo Estado. Para dar conta desse desafio, elaboramos um questionário utilizando a ferramenta **Google Forms**. Os links gerados a partir desse recurso foram enviados para um conjunto selecionado de pessoas que

possui grande conexão com essa espacialidade. Isso nos permite acessar informações de atores sociais que conheçam significativamente esse ambiente e a partir de variadas perspectivas, fato que traz consigo um potencial latente para que possamos apresentar, contrapor e associar diferentes perspectivas sobre esse lugar no nosso esforço de análise. Posto isto, cabe aqui mencionar as pessoas que consultamos com vistas a dar conta do que propomos neste trabalho. A Tabela 1 apresenta as pessoas entrevistadas.

Tabela 1. Pessoas entrevistadas sobre o significado do Cais do Valongo em suas vidas

Nome	Profissão, atuação e conexão com o lugar
Luana de Oliveira Ferreira	Historiadora e guia de turismo, atua na organização e condução de aulas-passeio na região da “Pequena África”, onde se situa o Cais do Valongo
Monica Lima e Souza	Professora e pesquisadora do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ)
Marquinhos de Oswaldo Cruz	Músico e ativista cultural de grande relevância em defesa da cultura afro-brasileira na cidade do Rio de Janeiro, especialmente de origem banto
Célio dos Santos Oliveira	Contador. É presidente do Afoxé Filhos de Gandhi
Flavio Henrique Louzeiro Cardoso	Historiador e guia de turismo, atua na organização e condução de

	aulas-passeio na região da “Pequena África”, onde se situa o Cais do Valongo
Antonio José do Espírito Santo (Spirito Santo)	Pesquisador da cultura afrodiáspórica. Agraciado com o título de “Notório Saber” concedido pela Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Eliana Alves Cruz	Escritora e jornalista. Dentre suas obras, dentro do contexto ora abordado no presente trabalho, destaca-se o romance “O Crime do Cais do Valongo”
Júlio César Medeiros da Silva Pereira	Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), pesquisador do Instituto dos Pretos Novos (IPN) e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisa SANKOFA-UFF

Fonte: autor

A sequência elencada na Tabela 1 será seguida no que tange à apresentação das percepções atinentes ao Cais do Valongo. Foram feitas duas solicitações à cada entrevistado(a) a respeito da relação que mantêm com o ambiente estudado. A primeira solicitação foi a seguinte: “*Fale sobre a sua ligação com o Cais do Valongo no nível pessoal*”. Luana foi a primeira entrevistada a preencher o formulário. Sendo historiadora e guia de turismo bastante atuante na região da Pequena África, onde se situa o Cais do Valongo, ela nos relatou o seguinte:

Minha relação com esse espaço da cidade se dá a partir da vida profissional. Tenho o hábito de dizer que o Cais

(do Valongo) é um dos meus objetos de trabalho. Porém, ao longo dos anos de atuação, esse lugar passa a representar algo vital para minha existência. O esforço para dar dignidade à história ocorrida ali e o esforço direcionado na busca de reparações passam a compor quem sou, independente de estar ou não no ambiente de trabalho. Um sentimento de pertencimento e propriedade é criado. "Isso é meu, é nosso e precisa ser cuidado!". Meu eu (minha identidade e atuação política) enquanto sujeito consciente se fortaleceu a partir dessa relação.

O relato de Luana Ferreira demonstra o quanto um lugar pode transformar a perspectiva das pessoas que com ele têm contato e que, com isso, imergem nos seus mais profundos significados. Como vimos anteriormente com Edward Relph (1976), na medida em que aprofundamos a nossa relação com ambientes eivados de sentidos, memórias e historicidade como o Cais do Valongo, passamos a nos identificar com toda a cultura ali existente e nos sentimos cada vez mais pertencentes a essas espacialidades. Tal situação retroalimenta nossa visão de mundo em (re)construção, reforçando os nossos laços de identidade com tal cultura e a noção de pertencimento com o espaço simbólico ali cristalizado.

A Professora Monica Lima (UFRJ) pontuou que sua ligação com o Cais do Valongo no nível pessoal integra ações com suas turmas de universitários com ações de pesquisa:

Pesquisei e sigo pesquisando a história do Cais. Faço aulas de campo com frequência neste lugar. Participei do grupo de trabalho que redigiu o dossiê de candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio Mundial. Meus antepassados africanos muito provavelmente foram desembarcados ali, antes de serem

levados para Minas Gerais.

Além de praticar nesse espaço seus ofícios de Professora e de pesquisadora, Monica Lima aponta para uma possível conexão com o passado remoto de seus ancestrais trazidos à força da África e levados para Minas Gerais após o desembarque no Valongo. Tal situação é consonante àquilo que Michael Pollak (1989) ressaltou sobre os processos de construção de memórias coletivas.

O músico e ativista da cultura afro-brasileira Marquinhos de Oswaldo Cruz, que recentemente lançou um novo álbum chamado *“Uma África Chamada Rio de Janeiro”*. Ele assevera que o Cais do Valongo representa *“o início da vida de todos nós afrodescendentes”*. Por mais que essa afirmação carregue em si traços de uma grande tragédia na história da humanidade, a partir da desterritorialização (HAESBAERT, 2007) de centenas de milhares de indivíduos africanos trazidos como pessoas escravizadas para o Brasil, não podemos perder de vista que grande parte do que hoje definimos como cultura brasileira foi resultante desse reinventar de vida concebido de forma corajosa e dolorosa por essas pessoas. Para além de narrativas romantizadas que podem vir a ser construídas a partir desse fato, essa reterritorialização (HAESBAERT, 1997) empreendida pelos escravizados africanos e seus descendentes foi uma poderosa forma de resistência e de reexistência que, não obstante se manter com vigor até os dias atuais, certamente ainda enfrenta incontáveis tentativas de apropriação, enfraquecimento e invisibilização, conforme vimos anteriormente ao longo deste estudo.

Também vinculado ao Cais do Valongo por um forte laço de pertencimento socioespacial, o contador Celio dos Santos Oliveira, presidente do Afoxé Filhos de Gandhi, assevera que a sua ligação com esse lugar se dá pela profunda conexão que a instituição cultural por ele presidida mantém com o ambiente e, de forma mais ampla, com toda a região conhecida como Pequena África. Prova incontestável disso está materializado na própria sede

dos Filhos de Gandhi situado na atual rua Camerino, bem em frente ao antigo Largo do Depósito (atual Praça dos Estivadores). O espaço atualmente ocupado pelo afoxé já foi uma “casa de engorda” no passado, segundo nos relatou o presidente Celio. Hoje em dia, num processo inflexivo de notável valor simbólico, esse ambiente outrora associado ao sofrimento da população africana escravizada abriga uma das mais relevantes entidades socioculturais do Rio de Janeiro.

A perspectiva trazida pelo historiador e guia de turismo Flavio Henrique Louzeiro Cardoso é bastante representativa daquilo que Yi-Fu Tuan (1979) asseverou sobre o conceito de *topofilia*. Sobre o Cais do Valongo, Flavio pontua que:

A minha relação com a Pequena África é bem antiga. Naquela região fiz minha graduação, duas pós-graduações e agora (sou) mestrando. E o tema escolhido em todas as áreas acadêmicas que passei remetem, de alguma forma, à questão étnica. Portanto, essa relação afetiva com o lugar vem bem antes da descoberta do sítio arqueológico. Mas é evidente que esses laços ficaram mais próximos, mais sólidos, com a redescoberta do Cais do Valongo. E falar do Valongo, é trazer toda uma memória cultural e ancestral que foi deliberadamente apagada por um projeto eugênico, racista, segregador e marginal do Estado Brasileiro. Particularmente o carioca. Em função disso, me vi com uma missão que é, junto com diversos colegas de profissão e pesquisa, trazer de volta essa história negligenciada por séculos. Não me vejo hoje, fazendo outra coisa senão os guiamentos étnicos, de memória, história e pertencimento de um povo responsável pela construção do Brasil e da América.

A partir do relato de Flavio, mais uma vez percebemos que há uma conexão socioespacial com o ambiente pesquisado e que tal circunstância traz

consigo um contínuo fortalecimento dos laços de afetividade com o lugar e as memórias ali produzidas ao longo do processo histórico. Ao trabalhar com vistas a resgatar e divulgar tais memórias e historicidades, ele e outras pessoas atuantes na região – dentre as quais as já mencionadas historiadora e guia de turismo Luana Ferreira e a Professora, historiadora e pesquisadora Monica Lima – contribuem decisivamente para impedir um (re)apagamento dos significados e sentidos associados ao Cais do Valongo enquanto lugar, lugar de memória e como parte da Pequena África de forma mais ampla.

Recentemente diplomado pela Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro com o título de Notório Saberⁱⁱ, Antonio José do Espírito Santo – conhecido nos meios acadêmico e artístico como *Spirito Santo* – é um arguto pesquisador da cultura africana e afrodiaspórica em suas manifestações de musicalidade. Autor de um livro seminal sobre parte dessa temática, *“Do Samba ao Funk do Jorjão: ritmos, mitos e ledos enganos no enredo de um samba chamado Brasil”*, ele conhece profundamente o Cais do Valongo a partir de seu ativismo como membro do movimento negro, mas, principalmente, por sua empiria. Posto isto, sobre a pergunta que lhe apresentamos, Spirito Santo respondeu:

Minha ligação com o Cais do Valongo nasceu na época em que sua “descoberta” foi revelada. Ou seja, no tempo em que seu ocultamento ou soterramento terminou. Desde então tenho estudado e escrito muito sobre o assunto.

Numa linha que possui alguma proximidade com o que levou Spirito Santo a imergir em esforços de pesquisa sobre o Cais do Valongo, a escritora e jornalista Eliana Alves Cruz publicou um romance que tinha esse lugar e seu entorno – no âmbito da Pequena África – como palco. O livro *“O Crime do Cais do Valongo”* foi o segundo publicado pela escritora, após o sucesso arrebatador de sua primeira obra *“Águas de Barrela”*. Sobre sua ligação com o Cais do Valongo, Eliana nos disse:

Minha ligação é espiritual e artística. Explico: alguma ancestralidade atraiu meu olhar para este cais na esperança de que eu usasse esta habilidade que desenvolvi em contar histórias para contar esta história específica. Uma história que tem estética e que produziu um futuro, mas que pouca gente detectava e valorizava.

Note que novamente há uma ligação simbólica com o lugar. A menção a uma dupla conexão (espiritual e artística) que ela mantém com essa espacialidade carrega em si um notável indicador de que as mais profundas memórias sobre esse ambiente, por mais que houvesse esforços em apagá-las, literalmente soterrando o espaço, permaneceram latentes a ponto de inspirar Eliana a escrever um romance de sucesso que certamente contribui para que o Cais do Valongo especificamente (e a Pequena África) como um todo, não apenas não seja mais apagado da memória, como se torne cada vez mais (re)conhecido.

O Professor e pesquisador Júlio César Medeiros da Silva Pereira é o autor de um emblemático estudo sobre o “Cemitério” dos Pretos Novos (atual Instituto dos Pretos Novos). Seu livro, “À Flor da Terra: o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro” (2014) é uma referência nos estudos relacionados à chegada de africanos escravizados na região do Valongo entre a segunda metade do século XVIII e o primeiro terço do século XIX. Sobre o Cais do Valongo especificamente, Júlio César pontua que

o Cais do Valongo, para mim, representa uma parte importante da minha história, pois a cultura africana e por que não, afro-brasileira, se fez e faz presente na região. Ali, milhares de escravizados foram vendidos e viveram passando grande parte de suas vidas em cativeiro. A região faz parte da minha história.

O relato de Júlio César Medeiros sobre o Cais do Valongo é consonante com

várias das contribuições registradas acima. Além disso, chama a atenção o fato de ele afirmar a conexão que ele, enquanto indivíduo, possui com essa espacialidade. Nesse sentido, ele traz para si uma ligação com a Pequena África de forma mais ampla, enquanto região, mas com o Cais do Valongo enquanto um lugar. Seu relato permite também uma oportunidade para diferenciarmos as categorias lugar, pela ótica da Geografia Fenomenológica, e lugar de memória, bastante presente nos estudos historiográficos. Afinal, quando Júlio aponta que *“a região faz parte da minha história”* ele está se conectando de forma simbólica ao espaço do Cais do Valongo por se sentir pertencente a todo o significado simbólico nele presente. Ao mesmo tempo, ao asseverar que *“milhares de escravizados foram vendidos e viveram passando grande parte de suas vidas em cativeiro”*, ele está enunciando o mesmo espaço pela perspectiva do lugar de memória.

No que tange à segunda solicitação, o questionamento proposto foi a seguinte: *“Discorra sobre a sua percepção acerca da relevância desse patrimônio para a sociedade brasileira e para a humanidade”*. Retomando à contribuição da historiadora e guia de turismo Luana Ferreira, temos o seguinte:

A redescoberta do Cais do Valongo fomentou a reescrita da história Atlântica. Uma onda de novas reflexões acerca da história escravagista, suas consequências e que questionam a história oficial surgiu. E tê-lo ali exposto enquanto sítio arqueológico de memória sensível faz com que essas reflexões cheguem de maneira mais rápida à sociedade civil brasileira e mundial. É extremamente pedagógico.

Luana traz para o debate algo sempre pontuado pela Professora Monica Lima em suas aulas de campo pela Pequena África: o fato de o Cais do Valongo ser reconhecido pela UNESCO como um lugar de memória

sensível, título concedido a espacialidades intimamente associadas a crimes contra a humanidade. De fato, há enorme potencial latente para que a sociedade civil, das mais variadas escalas espaciais, possa aprender sobre toda a história da escravidão transatlântica, a fim de não apenas impedir que tragédia semelhante se repita, mas como recurso insofismável na luta por reparações históricas à população afrodescendente. Sobre esse questionamento, Monica pontua que:

É o lugar de memória que permite à sociedade brasileira recordar a intensidade do tráfico atlântico de africanos escravizados, este crime contra a humanidade que teve a participação direta de governantes do Brasil Colonial e Imperial. O Brasil foi o país do mundo que por mais tempo e em maior quantidade recebeu africanos escravizados. O Cais do Valongo, como patrimônio, nos faz lembrar disso e permite que a humanidade se lembre disso também. A responsabilidade por esse crime é internacional.

Monica Lima nos lembra da relevância do Cais do Valongo enquanto lugar de memória e também como patrimônio cuja materialidade nos remete a uma historicidade que deve ser visibilizada nacional e internacionalmente. Flavio Henrique segue na mesma linha que Monica, apontando que:

O Cais do Valongo, assim como toda Pequena África, é um patrimônio que ultrapassa as fronteiras nacionais. Não à toa, ganhou recentemente o título de Patrimônio da Humanidade. Não por ser apenas um sítio arqueológico de memória sensível – ou seja, um lugar de memória que fala de dor e sofrimento – mas também por provar que ali desembarcaram centenas de milhares de africanos em situação desumana. E que mesmo enfrentando todo tipo de violência e desrespeito conseguiram sobreviver e reproduzir suas culturas, religiões, hábitos, costumes, línguas, gastronomia, danças e músicas. Que os corpos

que aqui chegaram trouxeram um cabedal cultural tão importante que fica difícil mensurar qual foi sua contribuição mais significativa. O Cais do Valongo tem vários significados. Enquanto para uns significou a morte, para outros a vida foi ressignificada. O Rio de Janeiro foi o maior porto escravagista da Humanidade. Ninguém recebeu mais seres humanos escravizados que esta cidade. Só por isso, o mundo deveria parar para ouvir essas vozes silenciadas nas mais de 36 mil viagens ao longo dos séculos XVI e XIX. Nos quase dois milhões de corpos negros que nem sequer completaram essas viagens e ficaram pelo caminho, das centenas de milhares que morreram no desembarque, nas vendas, nos lazaretos e fazendas da cidade. Sem falar nos nossos vizinhos de municípios e países. Uma das maiores tragédias da humanidade precisa ser contada com verdade. E não esquecida, negligenciada, omitida e fraudada como foi até hoje. E, para isso, precisamos apresentar ao mundo a versão real. Só assim poderemos discutir honestamente sobre a história do mundo. Sem a participação africana não teríamos uma América e provavelmente uma Europa. A população negra não é parte da história, mas sim a história. Passamos boa parte de nossas vidas falando das Américas Portuguesa, Espanhola, Inglesa, Holandesa e Francesa. Falemos agora da América Africana.

Seguindo na mesma perspectiva apontada por Flavio e Monica, o presidente do Afoxé Filhos de Gandhi, Celio Oliveira, assevera que:

Historicamente, (o desembarque de escravizados no Cais do Valongo) foi um embrião para o recebimento dos povos de matriz africana escravizados e das primeiras levas de mão de obra que construíram o país. Então, esse lugar é de suma importância, pois aqui está grande parte

da história do povo negro brasileiro e toda a sua ancestralidade.

Encerramos esta etapa do trabalho com essa contribuição do Celio. Ele, ao mesmo tempo, se conecta com os relatos da Professora Monica Lima e do historiador Flavio Henrique como ressaltamos. Porém, há um outro aspecto levantado pelo presidente dos Filhos de Gandhi que vai além no que tange ao peso simbólico do Cais do Valongo, dialogando com outros relatos aqui apresentados, como os do Marquinhos de Oswaldo Cruz e da Eliana Alves Cruz. Celio destaca a relevância desse lugar para a história negra brasileira e toda a carga simbólica ancestral que ela traz consigo. Certamente, não é pouca coisa para considerarmos.

Considerações finais

Milton Santos desenvolveu uma Geografia bastante preocupada com a análise espacial em sua materialidade, em sua concretude. Nesse sentido, o Cais do Valongo é uma espacialidade muito mais verossímil ao conceito de lugar de memória cunhado por Pierre Nora. No entanto, dadas as complexidades por nós experienciadas ao longo das vicissitudes da vida, há outras perspectivas e visões de mundo acerca dos diferentes fenômenos sociais. Entendendo a produção dos espaços e as significações a eles atribuídas como sendo um tipo específico de fenômeno social, optamos por ler o Cais do Valongo à luz da toponímia, categoria central nos estudos da corrente humanística-fenomenológica da Geografia enquanto Ciência. Posto isto, mergulhamos na análise desse ambiente à luz de pensadores dessa corrente do pensamento geográfico, especialmente sua maior referência, Yi-Fu Tuan, mas também com outros nomes de grande relevância na área: Helmut Wagner e Edward Relph.

Ao longo deste trabalho, para além da revisão bibliográfica que realizamos, trouxemos notáveis contribuições de pessoas ligadas ao Cais do Valongo

em diferentes conjunturas. Tal esforço foi de grande relevância para o presente estudo pelo fato de nos permitir uma leitura desse espaço tão importante para a história brasileira e da humanidade. Posto isto, concluindo este artigo, traremos algumas pontuações realizadas por nossos(as) entrevistados(as) como mote para concluirmos a contento aquilo que nos propusemos a construir por intermédio desta pesquisa.

O músico Marquinho de Oswaldo Cruz nos trouxe sua visão do significado do Cais do Valongo naquilo que concerne à indiscutível relevância da contribuição africana para o que hoje entendemos ser a cultura popular brasileira. Segundo ele, *“mesmo sabendo que chegaram (africanos) escravizados, acho que ali se deu o início da cultura brasileira”*. Isto é, mesmo sob tanta dor e sofrimento, a cultura africana se impôs material e simbolicamente na maior parte do tecido social brasileiro, produzindo riquezas tangíveis e potências imateriais por intermédio da cultura. Obviamente, ainda há muito a se fazer para que as imensas distorções sociorraciais existentes no seio da sociedade brasileira sejam mitigadas e corrigidas. Porém, não podemos perder de vista que os milhões de africanos escravizados e brutalmente desterritorializados em África – grande parte deles entrando pelo Cais do Valongo – resistiram e reexistiram, construindo uma reterritorialização em diferentes partes do território brasileiro que geram como resultante imensas contribuições socioculturais como os diferentes tipos de samba, o candomblé, a umbanda, o jongo, o caxambu, o maracatu, a congada e mais uma infinidade de manifestações dignas de nota.

Eliana Alves Cruz, por sua vez, ressalta que:

Patrimônios que remetem à dureza e à crueldade são sinalizadores com função oposta a dos faróis. Ou seja, enquanto estes apontam os caminhos a seguir, aqueles apontam por onde não passar outra vez. O Cais do Valongo precisa estar lá para sempre para que nunca

esqueçamos do horror, mas também lembremos que quem sobreviveu a ele nos constitui.

A escritora Eliana nos aponta que nossa existência, concreta e simbolicamente falando, é uma herança da dor que milhões de seres humanos escravizados sofreram por serem desumanizados em processos de coisificação ao qual foram submetidos. Nesse sentido, sua analogia colocando os faróis numa condição inversamente proporcional a de patrimônios como o Cais do Valongo é eivada de lucidez. De fato, é absolutamente imperativo que os valores simbólicos atinentes à *topofilia* desse espaço e seu potencial de contar a história enquanto lugar de memória sejam recursos por nós utilizados para que esses males não se repitam. E, para que isso possa ocorrer pedagogicamente como ressaltou a historiadora e guia de turismo Luana Ferreira, jamais podemos esquecer. Portanto, é nosso dever legar esses saberes às próximas gerações como asseverou o colega da Luana, Flavio Henrique.

Partindo para outra perspectiva em relação ao Cais do Valongo, temos a percepção de Júlio César Medeiros. Para ele,

Quanto à questão patrimonial, o Cais do Valongo é de suma importância pelo motivo de estar encravado na “Pequena África”. A construção do Cais, efetivada pela mão de obra escravizada, é um testemunho das atrocidades cometidas em nosso passado escravista. No entanto, parece que, o Patrimônio da Humanidade está sendo relegado a um papel menor do que o que lhe cabe. A falta de cuidados e de manutenção não condizem com a sua importância e papel relevante na memória brasileira. É urgente que se cuide e mantenha o lugar, mas não apenas isto. Que se pesquise mais sobre a região, dado o grandioso potencial deste achado arqueológico.

É imperativo atentarmos, enquanto sociedade, para o alerta trazido pelo

Professor Júlio César Medeiros. Afinal, seu relato une uma profunda preocupação com a preservação patrimonial do espaço, no que tange à sua relevância enquanto lugar de memória, com o desejo de que essa espacialidade, enquanto sítio arqueológico da mais elevada relevância para a humanidade, receba cada vez mais atenção e investimentos no sentido de apoiar e estimular pesquisas que nos permitam conhecer melhor essas páginas tão tristes da história universal.

O último relato aqui registrado é o do pesquisador e ativista Spirito Santo. Conhecido por sua criticidade e lucidez, ele traz ponderações relevantes que podem contribuir para atuais e futuras reflexões sobre esse lugar e a região da Pequena África como um todo:

Infelizmente, embora a relevância desse sítio arqueológico seja inquestionável, é preciso entender o contexto em que sua revelação se deu: por acaso, em meio à execução de um projeto de intenções e interesses turísticos bastante questionáveis. Esses interesses, baseados no conceito “cidade-empresa”, ao fim das contas escondeu mais do que revelou o imenso cais (que avançava até a rua Sacadura Cabral), deixando à vista apenas uma pequena janela, de modo a não atrapalhar a concretagem e o traçado dos trilhos do VLT. Não só a maior parte do Cais foi concretada, como também vários outros pontos da região em torno da área do Valongo, como o local de um antigo cemitério em frente à Igreja de Santa Luzia e a da maior parte do chamado Cemitério dos Pretos Novos, do qual só restou o pequeno trecho interno de uma residência, numa área que, segundo mapas antigos, tomava todo um amplo quarteirão. Enfim. Muita festa e propaganda às custas de mais (tentativas de) apagamento da memória africana da chamada Zona Portuária.

Apesar de não ser o mote do presente artigo, cabe pontuar que há significativa diferença de tratamento e, por conseguinte, de atuação dos diferentes órgãos de Estado quando comparamos as áreas do Projeto Porto Maravilha com o que vemos há anos no Cais do Valongo especificamente e, de uma forma geral, no âmbito da Pequena África enquanto região. Esse desleixo oficial pode ter como finalidade um projeto de (re)apagamento do significado associado ao Cais do Valongo e à Pequena África. Nesse sentido, os alertas realizados por Júlio César Medeiros e por Spirito Santo poderiam servir como mote para futuras pesquisas relacionadas a essas espacialidades. Afinal, os projetos neoliberais – cristalizados nos projetos de “cidades-empresa” espalhados pelo mundo – ignoram a subjetividade característica dos lugares cujos espaços possuem valor simbólico em detrimento de precificação material a que os territórios são passíveis de acatar. Que estejamos atentos a essa realidade, a fim de preservarmos esse lugar tão relevante para a história universal e que possamos legá-lo às futuras gerações para que as dores nele representadas jamais sejam perdidas de nossa memória coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, Alexandre Xavier Ywata et al. Identificação de Mercados Geográficos e Construção de Indicadores de Concorrência no Setor Portuário Brasileiro. Texto para discussão – 2092. Brasília: IPEA, maio de 2015. ABREU, Eduardo. A fisicatura-mor e o cirurgião-mor dos exércitos no Reino de Portugal e Estados do Brasil. RIHGB, t. 63, v. 101, parte primeira, p. 154-306, 1900.
- FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: uma história do tráfico entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVII e XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, 1790-1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HABERMAS, Jürgen. Consciência Moral e Agir Comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997. _____. Definindo Território para entender a desterritorialização. In: O Mito da Desterritorialização. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Paris: PUF, 1968.
- LE GOFF, Jacques. História e memória. São Paulo: Unicamp, 1992.
- LIMA, Tania Andrade; SENE, Glaucia Malerba; SOUZA, Marcos André Torres de. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v.24, n.1, p. 299-391, abr. 2016.
- MALLAS, Danny. Os portos brasileiros na globalização: Uma nova geografia portuária? UFRJ, 2009.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: Os Lugares de Memória. I La République, Paris, Gallimard, 1984.
- PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. À Flor da Terra: o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: 1989. Vol. 2.
- RELPH, Edward. Place and Placelessness. London: Pion, 1976.
- SANTOS, Vitória Paulina da Silva. A mulher no Afroturismo e a Representação da Pequena África. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo). Brasília: UnB, 2022.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. Mana: Rio de Janeiro,

2005.

SOJA, Edward. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Editora Zahar: 1993.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: EdUEL, 1975.

TUAN, Yi-Fu. Space and place: humanistic perspective. In: GALE, S. OLSSON, G. (Orgs.). Philosophy in Geography. Dordrecht: Reidel, 1979.

VASQUEZ, Pedro. O Largo do Paço: Imagem e História. Rio de Janeiro: Museu de Arte do Rio, 2014.

WAGNER, Helmut. Fenomenologia e relações sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Editora da Universidade de Brasília, Brasília: 1999.

Notas

ⁱ JORNAL O GLOBO. Disponível em: < [oglobo.globo.com/rioshow/noticia/2022/11/entre-um-agito-cultural-e-outro-marquinhos-de-oswaldo-cruz-lanca-disco.shtml? >](https://oglobo.globo.com/rioshow/noticia/2022/11/entre-um-agito-cultural-e-outro-marquinhos-de-oswaldo-cruz-lanca-disco.shtml?>). Acesso em: 24 jul. 2023.

ⁱⁱ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: < [eventos.ufrj.br/evento/diplomacao-de-notorio-saber-antonio-jose-do-espírito-santo/ >](https://eventos.ufrj.br/evento/diplomacao-de-notorio-saber-antonio-jose-do-espírito-santo/). Acesso em: 25 jul. 2023.